

e afixada no Placar das instalações do ACES Pinhal Interior Norte II, Centro de Saúde de Ansião, sitas na Rua Dr. Fernando Travassos, 3240-148 Ansião.

Da homologação da referida lista pode ser interposto recurso, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 de fevereiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*.

205695673

Aviso n.º 2060/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e após homologação pelo Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., por deliberação de 25 de janeiro de 2012, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., ACES Pinhal Litoral I, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme aviso n.º 22716/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 9 de novembro de 2010.

Lista unitária de ordenação final

- 1.º Eunice Pereira Monteiro — 16,257 valores.
 - 2.º Maria Judite Ferreira Silva Ruiivo — 15,960 valores.
 - 3.º Carla de Almeida Neves — 14,640 valores.
 - 4.º Susana Paulina Correia Anastácio — 14,475 valores.
 - 5.º Teresa Jesus Ferreira Tomás — 14,250 valores.
 - 6.º Joana Andreia Tavares Lebre Marques — 13,982 valores.
 - 7.º Lisete Fernanda Caetano Saraiva — 13,220 valores.
 - 8.º Glória Maria Silva Neves — 13,160 valores.
 - 9.º Sandra Marina Henriques Napoleão — 13,115 valores.
 - 10.º Sandra Margarida Simões Marques — 13,040 valores.
 - 11.º Telma Cristina Joaquim, Martins — 12,140 valores.
 - 12.º Lélia Maria Florêncio de Jesus — 11,790 valores.
 - 13.º Cristina Maria Coelho Lima — 11,300 valores.
 - 14.º Dina Maria Graça Santos — 11,060 valores.
- Ana Isabel Pereira Lopes (b).
 Ana Maria Gomes Serrão (b).
 Branca Sofia Marques Ferreira (a).
 Carlos Manuel Gonçalves Silva (a).
 Clarisse Santos Domingues Gaspar (a).
 João Miguel Ferreira Alves (c).
 Mabilda Nunes da Graça (a).
 Maria do Céu Gomes Furtado Henriques (a).
 Maria Graciete Silva Dias (a).
 Paula Silva Pereira (c).

(a) Excluído por ter obtido pontuação inferior a 9,500 valores, na prova de conhecimentos, de acordo com o ponto 10.4 do Aviso de Abertura do Concurso.

(b) Excluído por ter faltado à prova de conhecimentos.

(c) Excluído por ter faltado à Entrevista profissional de Seleção.

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a referida lista será publicitada na página eletrónica da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. — www.arscentro.min-saude.pt (área de recursos humanos) e afixada no Placar das instalações do ACES Pinhal Litoral I, Centro de Saúde de Pombal, sitas na Av. Heróis do Ultramar, 3100-642 Pombal.

Da homologação da referida lista pode ser interposto recurso, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 de fevereiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*.

205695892

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 2061/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 15148/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 30 de julho de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2011, com o trabalhador

Patrícia Alexandra Santos Bernardo Oliveira, para exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem com a remuneração correspondente à 15.ª posição remuneratória da respetiva categoria, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, no Decreto Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, e no respetivo anexo, no valor de 1145,33€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cristina Alexandra Garcia de Albuquerque Brás, enfermeira

Vogais efetivos:

1.º Maria de Fátima Simões Aparício de Paiva Penedo, enfermeira

2.º Maria Alice Alves, enfermeira

Vogais suplentes:

1.º Deolinda Isabel Gomes Rosado, enfermeira

2.º Maria Paula Fernandes Page, enfermeira.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

11 de janeiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205687743

Aviso (extrato) n.º 2062/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 15148/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 30 de julho de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2011, com o trabalhador Iolanda Manuela da Cruz Carrola Serra Resende, para exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem com a remuneração correspondente entre 19.ª e 23.ª posição remuneratória da respetiva categoria, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, no Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, e no respetivo anexo, no valor de 1476,40€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cristina Alexandra Garcia de Albuquerque Brás, enfermeira

Vogais efetivos:

1.º Maria de Fátima Simões Aparício de Paiva Penedo, enfermeira

2.º Maria Alice Alves, enfermeira

Vogais suplentes:

1.º Deolinda Isabel Gomes Rosado, enfermeira

2.º Maria Paula Fernandes Page, enfermeira.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

11 de janeiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205688026

Aviso (extrato) n.º 2063/2012

Em cumprimento do disposto do n.º 11, do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 17289/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 1 de setembro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 4 de julho de 2011, com o trabalhador José Lourenço Martins Raposo, para exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES da Grande Lisboa X — Cacém/Queluz, com a remuneração definida nos termos do artigo 5.º, do Decreto Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1252,71€

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cristina Maria da Costa André Correia, Enfermeira Chefe do ACES X Cacém/Queluz;

1.º Vogal: Teresa Maria Pires de Matos Coito, Enfermeira Chefe do ACES X Cacém/Queluz, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal: Fernanda Paula Dimas Oliveira, Enfermeira Graduada do ACES X Cacém/Queluz

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

11 de janeiro de 2012. — O Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Dr. Luis Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro.

205688659

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Despacho (extrato) n.º 1939/2012

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo, da ARS Alentejo, I. P., proferido em 29/12/2011, foi autorizada a consolidação de forma definitiva, da mobilidade interna na categoria, da chefe de serviço de medicina geral e familiar, Dr.ª Maria da Conceição Barreto Vasques Fialho Fernandes Ferro, ao abrigo do artigo 64.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do mapa de pessoal do ACES do Alentejo Central I/UCSP do Redondo, para o mapa de pessoal do ACES do Alentejo Central II/UCSP de Viana do Alentejo, com efeitos ao dia 02/01/2012.

24 de janeiro de 2012. — A Vogal do Conselho Diretivo, Paula Alexandra Angelo Ribeiro Marques.

205691071

Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.

Aviso n.º 2064/2012

Por meu despacho de 26 de janeiro de 2011 foi determinada a cessação dos procedimentos concursais para a contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de técnico superior, áreas de serviço social, direito e ciências da comunicação e na carreira/categoria de assistente técnico, publicados nos *Diários da República* n.ºs 18 de 26 de janeiro, 122 de 28 de junho, 13 de 19 de janeiro e 127 de 05 de julho de 2011, respetivamente, pelos avisos, n.ºs 2686, 13347, 1900/2011 — Referência A e 13684, respetivamente, atendendo à extinção do Instituto da Droga e da Toxicoddependência, IP, conforme alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, publicada pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro.

1 de fevereiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, João Castel-Branco Goulão.

205693315

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 2065/2012

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal 2011, na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de genética, no Departamento de Genética.

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que, por despacho do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), de 10 de novembro de 2011, no âmbito das suas competências, se encontra aberto, pelo prazo de quinze dias úteis a contar da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de genética, do mapa de pessoal do INSA, IP, na modalidade de relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável — O presente procedimento rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de setembro, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de

dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 29-A/52011, de 1 de março, Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 271/2007, de 26 de julho.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso e daqueles que vierem a ocorrer, no prazo de um ano, a contar da data da publicação do aviso de abertura.

4 — Identificação e caracterização dos postos de trabalho — O conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99 de 19 de novembro. A área funcional do lugar a ocupar enquadra-se no Departamento de Genética, ao qual compete desenvolver atividades nas áreas de genética humana e genética médica, conforme previsto no artigo 18.º e seguintes do Despacho Normativo n.º 15/2009, de 7 de abril.

5 — Local de trabalho: Instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, sitas na Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa.

6 — Remuneração — Correspondente ao escalão e índice salarial da tabela constante no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, com a atualização resultante da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as limitações impostas pela lei do Orçamento do Estado (LOE) para o ano de 2011, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

6.1 — Remuneração base de referência — 1623,22 €.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — Poderão candidatar-se ao presente procedimento, os trabalhadores que até à data limite para apresentação das candidaturas, possuam os requisitos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de setembro, a saber:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceções por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- g) Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado.

7.2 — Requisitos especiais:

- a) Ser detentor de habilitação profissional que confere o grau de especialista no ramo de genética.
- b) Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Departamento de Genética, idênticos ao que, para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas, através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INSA, IP, em www.insa.pt na funcionalidade “Quem somos — instrumentos de gestão — admissão de pessoal”.

8.2 — As candidaturas podem ser entregues pelas seguintes vias:

- a) Através de correio registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado à Direção de Gestão de Recursos Humanos, do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, sito na Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º ... de ...”;
- b) Entregues pessoalmente no Serviço de Expediente, na morada indicada no ponto anterior, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º ... de ... no período compreendido entre as 09H30M e as 16H30M.

8.3 — As candidaturas devem ser acompanhadas, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae*, devidamente atualizado, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, morada, contactos, incluindo endereço de correio eletrónico, número do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, habilitações literárias, funções que exerce bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação da entidade promotora, data de frequência e duração;
- b) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do certificado comprovativo da posse do grau de especialista ou equivalente legal;